

# Lisboa pode solicitar bons ofícios da Cruz Vermelha

O.J. 15/10/82

Carneiro Jacinto

Os dois moçambicanos e os dois zimbabueanos presumivelmente raptados por um grupo ligado à Resistência Nacional Moçambicana, juntamente com sete cidadãos portugueses, na passada segunda feira em Mafora, província de Manica, já terão sido libertados, segundo informações obtidas por «O Jornal» de boa fonte. Continua entretanto a desconhecer-se o paradeiro dos portugueses, enquanto o rapto não foi ainda reivindicado. Admite-se que o Governo venha a pedir, muito em breve, a intervenção da Cruz Vermelha Internacional para a resolução deste caso.

Os sete portugueses raptados encontravam-se a viver há cerca de um ano em Mafora, trinta quilómetros ao sul do Chimoio (ex-Vila Pery), a 17 quilómetros da Beira e a 130 da fronteira do Zimbabue.

Os três chefes de família, respectivamente Orlando Martins, de 62 anos, natural de Amarante, Alcino Fernandes Costa Pinto, 29 anos, e José António Jesus Antunes, 27 anos, ambos de Lisboa, tinham sido contratados, em Novembro do ano passado, pela Companhia Pipe-Line Zimbabue para controladores da subestação do oleoduto que liga a Beira a Umtali, no Zimbabue.

Esta empresa, ao contrário do que foi difundido por quase toda a Imprensa, não tem nada a ver com a firma portuguesa Entrepasto. A maioria do capital é inglês, havendo ainda uma participação moçambicana a uma posição minoritária do Entrepasto Comercial de Moçambique.

Estes trabalhadores foram contratados, em Portugal, pelo director técnico da companhia, um inglês, mediante a abertura de concurso público extensivo aos trabalhadores do Entrepasto de Lisboa. Acabaram por ser escolhidos dois funcionários do Entrepasto, Alcino Pinto e José António Antunes, e ainda outros três ligados a outras empresas. As esposas de todos estes trabalhadores acompa-

nharam os maridos, bem como alguns dos filhos, mas não se encontravam a trabalhar na empresa.

Das cerca de 12 pessoas que viviam distribuídas por três residências junto da central de bombagem assaltadas pelos rebeldes perto da meia-noite, só as que foram raptadas se encontravam no local. As restantes encontravam-se em Chimoio, onde tinham ido passar o fim-de-semana.

## Mãe e filho fogem num «jeep»

Entre estas encontrava-se Páscoa Ramalho (com um filho de poucos meses) que, quando soube da ocorrência, fugiu num «jeep» para a Beira, onde deu conta às autoridades do que se tinha passado. Não se confirma, segundo as nossas fontes, que Páscoa Ramalho estivesse em Mafora e houvesse escapado aos rebeldes. O marido, trabalhador na subestação, não se encontrava na região.

Maria Eugénia Costa Pinto, também raptada, tinha estado recentemente em Lisboa, onde deixou os dois filhos, Paulo Jorge e Carlos Ricardo, em virtude do início do ano lectivo.

## Quatro mortos entre Março e Agosto

Este ano dois outros portu-

gueses tinham sido raptados por grupos ligados à Resistência Nacional Moçambicana: em Maio o mecânico Afonso José, resgatado mais tarde, e em Setembro o padre Adelino da Conceição, ainda desaparecido.

Outros quatro foram mortos: em Março o padre Francisco Morais, em Abril o agricultor Joaquim Alberto, em Maio o técnico Alberto Monteiro e em Agosto o mecânico António de Figueiredo.

Não há indicações de que outros estrangeiros tenham sido mortos, embora haja entre eles alguns casos de rapto: um padre italiano em Julho, seis búlgaros em Agosto e três missionárias italianas e uma brasileira em Setembro.

## Intimidação?

As autoridades portuguesas, que têm acompanhado toda a evolução do problema, estranham o facto de o movimento ainda não ter reivindicado os raptos. Círculos diplomáticos contactados por «O Jornal» admitem que este silêncio se deva ao facto de o grupo de rebeldes que dirigiu as operações ainda se encontrar na mata, a caminho de uma das bases da RNM. Podia também ter-se tratado de uma operação isolada de um grupo perdido. Mas os observadores não deixam de salientar que o rapto se verificou pouco tempo depois do início das investigações sobre a actividade de Evo Fernandes em Portugal e quando tudo indica se irá assinar brevemente um acordo de cooperação militar entre Portugal e Moçambique. Esta operação visaria, por outro lado, intimidar os cooperantes portugueses, os que lá se encontram e os que estavam dispostos a partir para aquele país africano.

O embaixador português em Maputo, José Cutileiro, foi recebido na terça-feira pelo presidente Samora Machel e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, a quem exprimiu a sua preocupação pelos raptos. Os governantes moçambicanos terão afirmado, segundo as nossas fontes, estar a envidar todos os esforços para localizar os portugueses. Tudo indica, com efeito, que as Forças Armadas de Moçambique haverão desencadeado uma gigantesca operação atrás dos rebeldes, não os tendo ainda localizado.

A cooperação portuguesa em Moçambique é a maior e desenvolve-se através de quatro eixos fundamentais: a cooperação Estado a Estado; entre empresas dos dois países; directamente pelo Estado moçambicano; e ao nível de portugueses pertencentes ao quadro geral de adidos que ficaram em Moçambique.

Segundo as informações que nos foram fornecidas, têm sido inúmeros os pedidos ultimamente apresentados de pessoas interessadas em participar na cooperação com Moçambique.

Os pedidos de rescisão de contratos não têm sido substancialmente diferentes do habitual. Pode, portanto, dizer-se que as acções levadas a cabo durante este ano pela Resistência Nacional Moçambicana ainda não afectaram grandemente a cooperação portuguesa em Moçambique.

Refira-se finalmente que Lisboa deve solicitar muito em breve a intervenção da Cruz Vermelha Internacional para tentar a libertação dos cidadãos portugueses. Uma fonte oficial disse-nos que «assim que tivermos mais informações poderemos pedir essa intervenção».